

# A PERSPECTIVA HISTÓRICA E FILOSÓFICA SOBRE A CONCEITUALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR ÀS NOVAS NECESSIDADES SOCIAIS

NOGUEIRA, Teresinha Morais Sobrinho<sup>1</sup>

RU 1190087

LOPES, Luis Fernando<sup>2</sup>

## RESUMO

Por meio da revisão bibliográfica abordaram-se um problema constante na educação brasileira desde a consolidação das bases históricas de nossa educação: o distanciamento entre o currículo proposto pelo sistema educacional oficial e a realidade dos alunos. Conhecendo-se as necessidades reais para que ocorra uma educação de qualidade e observando, no decorrer de nossa carreira, como se constrói uma imagem de ineficiência da escola pública, tornando-a figurativa dentro das comunidades pobres, começam a questionar quais seriam as reais causas de um comportamento tão passivo diante de uma realidade que está sendo construída. Objetivamos apresentar um breve histórico do desenvolvimento das principais ideias que nortearam nossos pensamentos para, em seguida, apresentar a gênese da educação brasileira, estabelecida pelos jesuítas, além de resgatar alguns elementos da mentalidade jesuítica empregada na educação, além de aspectos da estruturação curricular, fundamentos e objetivos educacionais da época. A pesquisa aponta para aspectos culturais que pesaram nesta rejeição, além dos meios encontrados pelas escolas particulares para camuflar o currículo com falsos cursos técnicos que na realidade preparavam para o vestibular. A conclusão aponta para a necessidade de revisão do paradigma que sustenta a educação, submetida ao modelo propedêutico imposto pelos vestibulares. Tudo amparado por um conjunto de leis regidas pelos direitos educacionais. O que acaba acontecendo, é que a escola na verdade, consolida uma representatividade vazia, pois sua funcionalidade não consegue ultrapassar as fronteiras da burocracia.

**Palavras-Chave:** Educação. Currículo. Filosofia. Ensino Superior. História.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Licenciatura em Filosofia do Centro Universitário Internacional UNINTER. Relatório apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso 2016.

<sup>2</sup> Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER.

## INTRODUÇÃO

Sustenta-se a pesquisa na Filosofia histórica da educação procurando identificar por meio de revisão bibliográfica se havia algum indício cultural histórico e ideológico em outros momentos de nossa história para que pudéssemos compreender melhor nossa realidade.

O desenvolvimento do tema aconteceu por acreditarmos que a mudança do contexto e situação social deveria ser viabilizada pelo desenvolvimento cognitivo realizado na escola. Isto instrumenta o indivíduo dando-lhe habilidades e competências para a sua integração ao sistema social.

Questiona-se, dentro de nossas limitações, se haveria alguma origem cultural ou histórica para a resistência dos alunos em acreditar que o conhecimento poderia transformar as suas realidades. Mesmo quando a realidade social demonstra claramente toda a dimensão de sua injustiça, os alunos parecem alheios às demonstrações.

Objetivamos a apresentar um breve histórico do desenvolvimento das principais ideias que nortearam nossos pensamentos. Em seguida, apresentaremos a gênese da educação brasileira, estabelecida pelos jesuítas, e, alguns elementos da mentalidade jesuítica empregada na educação, além de aspectos da estruturação curricular, fundamentos e objetivos educacionais da época.

A metodologia desenvolvida foi a revisão bibliográfica, exploratória de análise qualitativa, a qual segundo Severino (2007), tem como fonte primordial os registros impressos decorrentes de pesquisas anteriores, ou seja, livros, artigos ou teses que contêm texto analiticamente processados pelos seus autores.

Conhecendo-se as necessidades reais para que ocorra uma educação de qualidade e observando, no decorrer de nossa carreira, como se constrói uma imagem de ineficiência da escola pública, tornando-a figurativa dentro das comunidades pobres, começam a questionar quais seriam as reais causas de um comportamento tão passivo diante de uma realidade que está sendo construída.

Dessa forma, a pesquisa visa colaborar para que os professores das mais diversas áreas possam refletir sobre suas práticas pedagógicas com o conhecimento e o emprego adequado do currículo sobre a conceitualização e sua adaptação às novas necessidades sociais.

## PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO

A educação, na visão de um bom educador, é a ferramenta que pode fazer com que as pessoas desenvolvam suas potencialidades e em conjunto formar uma sociedade mais justa. A educação humanista é democrática, pluralista, aberta e crítica, acima de tudo é sensível e atenta às diferenças e necessidades culturais e até mesmo individuais, e é nessa visão que todos deveriam ser educados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9394/96, afirma que “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica”, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que “toda pessoa tem direito à educação” (BRASIL, 1996).

A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico (BRASIL, 1996, p. 63).

Certamente, a formulação do projeto pedagógico nas escolas é uma inovação prevista pela Legislação Educacional em vigor, com o objetivo de descentralizar e democratizar o processo educacional, de buscar maiores oportunidades de participação da comunidade, comprometimento de todos os seus membros, estabelecimento de alternativas para resolução dos problemas atuais da educação. “É preciso ficar claro que a escola é uma organização orientada por finalidades, controladas e permeadas pela questão do poder” (VEIGA, 2001, p.25).

O papel do educador universitário pode ser muito, crê ainda que as respostas possam ser muitas, todas elas perfeitamente justificáveis, (já dizia Balzac que não tem bobagem que não tenha defensor). As discussões são antigas, eivadas de ideologias, folclore, justificativas, acirramento de ânimos e, certamente, preconceitos dos mais diversos (FINGER, 2016, p. 8).

Queiroz (2001 apud KADOW, 2006) relata que o educador deve ter, como uma de suas metas, humanizar aos alunos. Ele deve ter um espírito libertador intelectual, ser autônomo moralmente e pluralista em seus pensamentos, deve também, em sua prática pedagógica libertar seus alunos da ignorância, do preconceito, do capricho, da alienação e de falsas consciências, buscando assim, desenvolver as potencialidades humanas de cada um.

O educador universitário, no contexto em que os Institutos de Ensino Superior e os alunos estão vivendo, não pode mais ser uma pessoa que fique repetindo aulas enfadonhas e massacrando seus alunos. Que não é tarefa fácil, isso todos nós sabemos, mas é necessária. O que está em jogo é toda uma geração de alunos que continuam a não receber o tratamento que merecem. E, se não forem os professores que fizerem essa reflexão, outros farão por eles. O que poderá ser pior, muito pior (FINGER, 2016, p. 11).

De acordo com Pimenta (2010, p. 14), embora os educadores universitários possuam experiências significativas na área de atuação, ou tenham um grande embasamento teórico, predominam, no geral, o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja um processo de ensino aprendizagem.

Não posso ser educador se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição, uma tomada de posição, decisão e ruptura. Exige de mim que escolha entre isto ou aquilo. Assim como não posso ser educador sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas da minha atividade pedagógica. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é minha coerência na classe. A coerência entre o que digo o que escrevo e o que faço. (FREIRE, 2011, p. 39).

Conforme Cunha (2010), por não ser uniforme, a formação docente universitária não sofre alteração, porém as seleções para a carreira docente são unânimes com relação à escolha do profissional, buscando um educador competente e competitivo, inserido na sociedade e mercado de trabalho com maior nível de escolarização e de melhor qualidade, além de utilizar de tecnologias de informação na sua docência produzindo seu trabalho não mais de forma isolada, mas em redes acadêmicas dominando o conhecimento contemporâneo e manejando-o para a resolução de problemas. Um docente que domine o trato da matéria do ensino e a integre ao contexto curricular e histórico-social, utiliza-se diversificadas formas de ensinar, dominando sua postura e buscando a participação e interação do aluno.

Para Pimenta (2010), é preciso considerar que a atividade profissional de todo docente possui uma natureza pedagógica, e vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de construção e apropriação de saberes e modos de atuação.

A atual compreensão de legislação da educação, no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), considerada como a lei magna da educação, é a de educação escolar, mas não restrita à concepção de instrução, voltada somente à transmissão de conhecimento nos estabelecimentos de ensino.

Para Martins (2002), na Lei de Diretrizes e Bases, a educação é concebida como processo de formação abrangente, inclusive o de formação de cidadania e o trabalho como princípio educativo, portanto, não restrita às instituições de ensino. Contempla-se a legislação educacional como a legislação que recolhe todos os atos e fatos jurídicos que tratam da educação como direito social do cidadão e direito público subjetivo dos alunos do ensino fundamental e ensino médio.

O direito à educação faz-se um direito de todos, porque a educação já não é um processo de especialização de alguns para certas funções na sociedade, mas a formação de cada um e de todos para a sua contribuição à sociedade integrada e nacional; que se está constituindo com a modificação do tipo de trabalho e do tipo de relações humanas. Dizer-se que a educação é um direito é o reconhecimento formal e expresso de que a educação é um interesse público a ser promovido pela lei. (ANÍSIO TEIXEIRA apud NUNES, 1996, p. 60).

Segundo Bittar (2006), o direito à educação carrega em si as características dos direitos da personalidade, pois é um direito natural, imanente, absoluto, inalienável, impenhorável, imprescritível, irrenunciável. Não se sujeitando aos caprichos do estado ou à vontade do legislador, pois se trata de algo ínsito à personalidade humana desenvolver, conforme a própria estrutura e constituição humana.

Segundo Bobbio (2004), a existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, o qual por existência deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação.

O Parecer da CEB nº. 4/98 e a Resolução nº. 2 de 1998 propõem sete diretrizes como referência para a organização do currículo escolar. Segundo esses documentos, as escolas deverão fundamentar suas ações pedagógicas em princípios *éticos, políticos e estéticos*. São princípios complementares, relacionados com a autonomia, responsabilidade e solidariedade, com a cidadania e a vida democrática (BRASIL, 1998, p. 1).

Por meio do avanço nas ofertas educacionais, a uma ação de massa e deixando de pertencer a grupos privilegiados, novas oportunidades de trabalho surgiram no campo educacional.

Para Martins (2002), a palavra “educação”, a situação é semelhante. A palavra educação refere-se aos processos de formação escolar, dentro e fora dos estabelecimentos de ensino, tem conceito restrito à educação escolar que se dá unicamente nos estabelecimentos de ensino.

Estudando-se o processo de construção que se estabelece na relação professor aluno, no ensino de estratégias e procedimentos intelectuais necessários para o estudo de textos, reflete-se principalmente sobre como ensinar o aluno a estudar um texto, investigando o pensamento do autor, extraíndo dados, sintetizando, ordenando as idéias; enfim, ensinando como ler, de forma aprofundada, textos teóricos que possuem um universo discursivo diferenciado.

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio são indispensáveis para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional.

Tratando-se de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isso, a primeira garantia é que ele esteja inscrito em lei de caráter nacional. O contorno legal indica os direitos, os deveres, as proibições, as possibilidades e os limites de atuação, enfim: regras. Tudo isso possui enorme impacto no cotidiano das pessoas, mesmo que nem sempre elas estejam conscientes de todas as suas implicações e consequências.

Analisando-se a situação geral das escolas, constata-se haver uma dificuldade em se perceber o quanto, no Brasil, o sistema autoritário faz parte ainda de nossos hábitos e atitudes mais elementares, em todas as esferas desde um Secretário da Educação, até as famílias dos alunos, passando pelos diretores, funcionários e professores. Existe ainda a dificuldade em se lutar contra isso, o que só se consegue tentando, na prática do diálogo maduro e paciente entre todos nós que somos marcados por essa mesma sociedade, bem como há poucos instrumentais ou ferramentas adequadas, principalmente no que diz respeito a processos de participação, envolvendo comunidade, alunos e funcionários.

Percebe-se que o projeto do sistema escolar encarna-se no seu currículo, conjunto de objetivos e de conteúdos de formação. Apesar das controvérsias a respeito, nunca extintas, o currículo está inscrito em textos que têm força de lei e não podem ser inconsequentes, mesmo se subsiste certa margem de interpretação. Parece-me de bom senso tomar o currículo como a referência última, à qual se reportam as formas e as normas de excelência escolar.

## **O CURRÍCULO NO CONTEXTO SOCIAL**

No que se refere ao currículo, Veiga (2001, p. 26) diz ser um importante elemento constituído da organização escolar. Currículo implica necessariamente a interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente.

Quando nos referimos ao currículo temos consciência de que, segundo Ghedin (2005), tratamos de um fator histórico, sujeito a influência dos elementos que fazem parte do contexto em que ele foi produzido. Isto se dá porque o currículo é uma construção histórica, situada em tempo e espaço determinados, constituído sobre as bases da sociedade que a formula. Sendo assim, é natural que na sua constituição estejam inerentes discursos e marcas filosóficas de diversos tempos e de diversos lugares.

Assim, o currículo é resultado de um discurso e de uma intencionalidade política que nem sempre é evidente e claramente exposta. Por conta disso responde ao interesse do discurso que pretende fazer valer à escola uma determinada visão de mundo e de ser humano que nem sempre corresponde a mais significativa no sentido do desenvolvimento da humanização (GHEDIN et al. 2005, p. 21).

Preocupados em legitimar uma sociedade colonial latifundiária e escravocrata e convertê-la em uma sociedade aristocrática os Jesuítas desenvolveram um currículo que privilegiava o conhecimento enciclopédico; distante da realidade e necessidades reais da colônia, ou seja, não se preocupavam em desenvolver a sensibilidade artística e tampouco visava o desenvolvimento de uma ideologia calcada num pensamento pragmático, voltada para os problemas e necessidades sociais concretos, o que seria a suposta semente de um pensamento empreendedor.

Segundo Romanelli (2003), para solidificar a ideologia construída pela igreja, disseminou-se um currículo repleto de conteúdos que fortalecessem as formas dogmáticas de pensamento, revitalizasse a Escolástica como base filosófica e reafirmassem peremptoriamente a autoridade da igreja e as tradições antigas.

Esta mentalidade perduraria durante toda a história educacional brasileira e faz parte da mentalidade popular que se refere ao trabalho, mesmo que especializado, com menosprezo se ele não passar pelo Ensino Superior.

A metodologia utilizada para a formação deste pensamento, desprovido de criticidade e totalmente voltado para a consolidação de uma educação enciclopédica e conteudista, era a prática de exercícios intelectuais que visavam fortalecer a memória e capacitar o raciocínio para se fazer comentários dos textos canonizados pelo sistema educacional da época.

O apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de caracterizar, na Colônia, toda a educação modelada pela Metrópole, que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico e de análise, pesquisa e à experimentação. (ROMANELLI, 2003. p. 16).

A companhia de Jesus estabeleceu no Brasil Colônia um sistema de ensino que estava voltado para a realidade da Corte Portuguesa e suas necessidades. Esta mentalidade deixou resquícios na história da educação brasileira, perduram até os dias de hoje e interferem diretamente na constituição curricular. Embora as mudanças evolutivas, tanto tecnológicas como sociais, tragam uma adequação do currículo as necessidades sociais, a independência do Brasil não significou uma mudança de mentalidade.

Evidentemente que quando estamos falando do Brasil Colonial, Imperial e até mesmo do Brasil do começo do século XX, nos referimos a uma realidade bem diferente da que encontramos hoje. Atualmente nossa população é predominantemente urbana e nossa economia busca uma estabilidade e autonomia que proporcione desenvolvimento econômico e acesso à tecnologia. No Brasil que nos referíamos anteriormente era constituído de uma população que estava concentrada nas zonas rurais, tinha pouco acesso à educação formal e até mesmo menosprezava conhecimentos que estivessem distantes de suas necessidades agrícolas.



Segundo Larroyo (1982), esta mentalidade perdurou nas sociedades rurais para quem os conhecimentos formais difundidos pelas instituições de ensino de nada serviam para a prática cotidiana. Com as relações sociais e econômicas quase que totalmente estabelecidas dentro de um panorama latifundiário, o currículo humanista, herdado da Companhia de Jesus e difundido pelo sistema educacional da época, estava distante das necessidades reais das comunidades de agricultores.

Segundo Palma Filho (2003), resquícios desta mentalidade interferiram diretamente na estruturação do Sistema Educacional Brasileiro dos anos de 1960 e 1970 quando o panorama social e econômico tomava o rumo do desenvolvimento e da urbanização. Quando a população rural começou a migrar para as cidades criou-se um problema de enorme impacto nas esferas social e educacional.

Às novas pretensões educacionais das classes emergentes responderam, todavia, depois, as camadas dominantes com certos mecanismos de defesa que, na oferta da educação escolarizada, se caracterizaram pela escassez de oportunidades e conservação do caráter eminentemente literário. Buscavam com isso, preservar o patrimônio da educação para o ócio. (ROMANELLI, 2003. p. 22).

Romanelli (2010) nos diz que se criou, assim, uma estrutura educacional que funcionava em dois níveis: um no do planejamento político do governo federal que criava um plano de educação respondendo tanto as necessidades do parque industrial em desenvolvimento, como a política educacional voltada para o 2º grau (atual ensino médio) profissionalizante. Desta forma se estabelecia, ao menos burocraticamente, uma política de democratização do ensino em todas as esferas, inclusive no Ensino Superior que, embora fosse controlado pelo sistema de vestibulares poderia estar acessível a qualquer um que fosse aprovado nos exames qualificatórios.

Embora o currículo estivesse presente em todas as possibilidades educacionais produzidas ao longo da história, inclusive a da educação brasileira, a sistematização deste como um importante instrumento dentro das ciências pedagógicas é bastante recente. Na verdade, a própria pedagogia passa a ser considerada uma ciência sistematizada somente depois da Segunda Guerra Mundial, que acaba impulsionando os avanços tecnológicos e até mesmo o desenvolvimento das ciências humanas como mecanismo de compreensão do homem. Nesta onda de desenvolvimento, o saber educacional não poderia ser desprezado e passou ter uma atenção especial (GHEDIN et. al. 2005, p. 20-21).

As bases educacionais fundamentadas, no século XIX sobre um pensamento social escravocrata predominante, tinham como essência um caráter propedêutico ao qual era acrescentado um pensamento humanista. Conseqüentemente o Sistema Educacional distanciava-se dos ensinamentos técnicos, sofrendo prejuízos que perduram até os tempos atuais.

De algum modo, a função da educação se ampliou no Brasil quando passou a ter responsabilidade de formação não só de uma elite ilustrada, ansiosa por traduzir conhecimentos em status social como também por formar uma mão de obra qualificada que pudesse corresponder às necessidades da nova ordem social, sustentada pelos intermináveis avanços tecnológicos, persistentes até os dias atuais.

Com uma política de profissionalização do ensino de 2º grau (atual ensino médio) imposta pelo governo federal, as escolas particulares encontraram a solução construindo um currículo modelado pelas exigências dos vestibulares. Sob a máscara dos aparentes cursos técnicos, cuja finalidade estabelecida pelas diretrizes que os criaram era suprir o mercado de trabalho com mão de obra especializada existia um currículo voltado para conteúdos preparatórios para o ingresso nos cursos superiores (ROMANELLI, 2010).

Romanelli (2010) reforça dizendo que se criou, assim, uma estrutura educacional que funcionava em dois níveis: um no do planejamento político do governo federal que criava um plano de educação respondendo tanto as necessidades do parque industrial em desenvolvimento, como a política educacional voltada para o 2º grau (atual ensino médio) profissionalizante. Desta forma se estabelecia, ao menos burocraticamente, uma política de democratização do ensino em todas as esferas, inclusive no Ensino Superior que, embora fosse controlado pelo sistema de vestibulares poderia estar acessível a qualquer um que fosse aprovado nos exames qualificatórios.

Segundo Palma Filho (2003), as escolas públicas não encontraram meios de driblar as imposições feitas pelo Conselho Federal de Educação e direcionaram a estruturação de seu currículo para os cursos técnicos, embora os problemas inviabilizassem o estabelecimento de um sistema de ensino público eficiente.

O Reconhecimento de que as mudanças propostas para o ensino de 2º grau (atual ensino médio), principalmente a referente à profissionalização compulsória, não estava dando certo só ocorreu em 1982, já no governo de João Batista

Figueiredo, quando a lei 5.692 foi reformada pela lei 7.044 que dá fim a profissionalização compulsória do ensino de 2º grau (atual ensino médio).

Se currículo for compreendido por tudo aquilo que ensina e termina por constituir conhecimentos então sua origem será remontada a Platão e até mesmo aos filósofos pré-socráticos que na Antiguidade Clássica ensinava, produzia conhecimentos e refletia sobre sua atuação intelectual e sobre os conteúdos ensinados. Encontraremos referências sobre a origem do currículo, chamado na época de curriculum, também no século XVI presentes em algumas universidades européias.

Neste sentido, a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) atual, condutora oficial do desenvolvimento de todo o processo educacional brasileiro, parece entrar em contradição com as necessidades do Sistema Capitalista de qualificação de mão obra e de fundamentação de uma ideologia calcada no consumo.

De acordo com Brzezinski (2002), as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) orientam o ensino para uma prática pedagógica que valorize o desenvolvimento da transversalidade temática. O objetivo do Sistema Educacional brasileiro atual deve ser direcionado para a formação de um cidadão crítico cujas competências e habilidades, devidamente desenvolvidas pela prática pedagógica, lhe deem condições de relacionar os conhecimentos teóricos e científicos com sua vida cotidiana; ou seja, o cidadão deverá ter competência de analisar e compreender o contexto social em que está inserido e ter consciência da importância de seu papel histórico.

Segundo Palma Filho (2003), a cultura nacional de valorizar a ostentação como meio de conquistar status social interferiu diretamente na aceitação popular de projetos educacionais como o estabelecido na década de 1970 e atua na propagação do conformismo atual. Como foi exposto no pequeno resgate de alguns aspectos da História da Educação Brasileira; apresentado neste trabalho, no momento em que a sociedade exigia a democratização do ensino o Conselho Federal de Educação, num contexto histórico em que a ditadura estava em pleno auge, criou um mecanismo que segregava automaticamente as classes operárias e menos favorecidas.

Por fim, há a rede de educação privada com sua estrutura física e curricular direcionada aos paradigmas propedêuticos estabelecidos pelo Sistema Educacional, medindo sua eficiência pelo número de aprovados nos concursos de vestibulares,

preparando seus alunos para o andamento de suas carreiras estudantis, no Ensino Superior; e ao mesmo tempo colocando-os em grande vantagem em relação aos estudantes de Escolas Públicas para a disputa por vagas nas Universidades Públicas e até mesmo pelos melhores postos de trabalho dentro do cenário social.

## **A CONCEITUALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRÍCULAR ÀS NOVAS NECESSIDADES SOCIAIS**

Como podemos notar na breve exposição de uma boa parte da história da educação brasileira, a estrutura e os conteúdos curriculares acompanham o contexto social em que estão inseridos. As necessidades sociais acabam determinando quais serão os caminhos a serem trilhados pelo Sistema Educacional.

No caso do Brasil, a mentalidade monárquica, elitista e, excessivamente, humanista acabou por interferir diretamente nas decisões tomadas pelo Governo Federal quando este esboçou tentativas de unificar, num primeiro momento, o Sistema Educacional e depois as diretrizes básicas que deveriam reger as composições curriculares do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

Na verdade, os responsáveis pela educação no país nunca conseguiram compatibilizar as necessidades sociais, as condições de sua infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados com os projetos educacionais que elaboraram.

Fruto da modernidade, emergente da técnica, o saber educacional adquire a forma de uma ciência nova, a ciência pedagógica. Neste contexto é que surge o currículo, como ordenamento de saberes educativo. (GHEDIN et al, 2005. p. 22).

As alterações sofridas pelo currículo determinaram sua nova área de atuação. O redimensionamento do papel curricular e o próprio conceito de currículo passaram por uma série de alterações no decorrer da história devido às adaptações nos diversos momentos históricos.

Cada situação social exigia comportamento, ideologia e instrumentalização específica da população para atuar no processo de desenvolvimento social e econômico das diferentes sociedades. Sendo assim, embora tenha tido diversas finalidades em distintos espaços e sociedades, o currículo sempre esteve presente.

Ghedin et al (2005), ressalta que para diversos autores, dependendo da definição de currículo que se tem, a determinação de sua origem pode diferir.

O objetivo da ampliação da área de atuação do currículo, promovida pela Lei de Diretrizes e Bases, é enriquecer o plano escolar, tendo como foco o aluno, desde a educação infantil até as séries finais, além de promover situações que sirvam como fonte motivacional para os estudantes. Sendo assim, toda a vida do aluno, mesmo a pré-escolar, passa a servir como referência fundamental para o desenvolvimento de sua carreira escolar e, conseqüentemente, da consciência de sua atuação social.

Vale ressaltar que a interferência do currículo oculto na consolidação do pensamento e da cultura de um país se dá de maneira implícita dentro do cotidiano escolar. O currículo escolar explícito assume sua função voltada para a transmissão de saberes enquanto que o implícito tem como prioridade transmitir de valores, normas e comportamentos.

Enquanto na nossa realidade educacional o ensino público tem um pequeno percentual de efetivação dos saberes contido no currículo explícito; o currículo oculto está presente e tem alto grau de eficiência quanto à transmissão de valores e princípios do sistema estabelecido que, quando aceitos, promovem a aceitação da ideologia formadora das bases do sistema social, mesmo quando esta promove a exclusão e a segregação de classes.

Assim, enquanto o currículo explícito hierarquiza os graus escolares e os critérios de avaliação por mérito ou prestígio, o oculto desenvolve nos alunos a aceitação da hierarquia e do privilégio. (GHEDIN et al, 2005, p. 24).

Deste modo, como esta “indiretamente acontecendo” embora a esmagadora maioria da população não frequentasse as escolas e o estudo fosse um privilégio dos mais ricos, o currículo repleto de conteúdos humanistas escondia o desejo de transportar concessões e status social desenvolvidos na metrópole européia, de onde a elite política e econômica colonial era originária. Ou seja, o currículo atuava constituindo conhecimentos vazios, com conteúdos distantes de qualquer realidade encontrada na colônia brasileira.

A passividade popular diante uma estrutura educacional nitidamente excludente se deve a atuação do currículo oculto formado por elementos

contextuais, produzidos dentro e fora da escola. Como, historicamente, os brasileiros de classes inferiores nunca acreditaram que de fato pudessem estabelecer uma carreira estudantil, chegando ao Ensino Superior e modificando o histórico familiar com uma ascensão social, a ausência de Faculdades que pudessem atender a todos não lhes fazia falta.

Sucinta Palma Filho (2003), que para os excluídos o certificado de Ensino Médio é o sonho que lhes poderá garantir o direito de inserir-se no mercado de trabalho como mão de obra geral e concorrer a serviços públicos, garantindo estabilidade profissional. Para a classe média que sonha mandar seus filhos para as faculdades lhe restou o esforço de pagar uma escola particular.

Estas dissimulavam os currículos propedêuticos, direcionados aos vestibulares, em cursos técnicos de fachada. Este processo acabou favorecendo o estabelecimento de uma rede de ensino privada que ganhou um grande poder político e econômico dentro do cenário nacional.

Tais fatos nos levam a concluir que o conceito de democracia, produzido dentro do Sistema Educacional estabelecido no Brasil, se concretizou sobre a cultura herdada da nobreza colonial que ganha nuances próprias em território nacional. Tradicionalmente cada segmento social se vê satisfeito em seus próprios desejos quixotescos que se perdem em suas próprias teorias.

A simples alfabetização pode servir para satisfazer uma boa parcela da população e para elas são estas as expectativas quanto ao sistema escolar. Outro segmento se satisfaz com o certificado de Ensino Médio, enquanto que uma pequena tem expectativas de inserir-se no Ensino Superior e concorrer a uma vaga muitas vezes não conseguida.

Por fim, há a rede de educação privada com sua estrutura física e curricular direcionada aos paradigmas propedêuticos estabelecidos pelo Sistema Educacional, medindo sua eficiência pelo número de aprovados nos concursos de vestibulares, preparando seus alunos para o andamento de suas carreiras estudantis, no Ensino Superior; e ao mesmo tempo colocando-os em grande vantagem em relação aos estudantes de Escolas Públicas para a disputa por vagas nas Universidades Públicas e até mesmo pelos melhores postos de trabalho dentro do cenário social.

O que acaba acontecendo é que a escola na verdade, consolida uma representatividade vazia, pois sua funcionalidade não consegue ultrapassar as fronteiras da burocracia.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é de natureza bibliográfica, que consiste na análise de fontes secundárias que abordam o tema escolhido. As fontes pesquisadas foram livros, artigos, e textos disponíveis em sites confiáveis. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade "colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito [...] sobre determinado assunto" (p.57-58).

A metodologia desenvolvida foi a revisão bibliográfica, exploratória de análise qualitativa, a qual segundo Severino (2007), tem como fonte primordial os registros impressos decorrentes de pesquisas anteriores, ou seja, livros, artigos ou teses que contêm texto analiticamente processados pelos seus autores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora todos os aspectos levantados durante a pesquisa sejam de ordem diretamente teórica, têm uma influência direta na concepção de ensino e na formação da estrutura educacional na qual atuamos pedagogicamente. O distanciamento entre os conteúdos apresentados pelas escolas e as necessidades reais do cotidiano dos alunos faz com que se desenvolva uma mentalidade extremamente negativa quanto ao funcionamento da estrutura escolar.

Ao mesmo tempo em que ocorre este distanciamento, há um fenômeno paralelo que pode ser notado durante a história de nossa educação: o crédito e o status que os certificados de graduações escolares dão aos brasileiros. Isto se dá porque a concepção educacional que determina o conhecimento como instituição e a escola como provedora de mecanismos de melhora social está distante da esmagadora maioria dos estudantes que frequenta nossas salas de aula. Há um objetivo maior dentro da estrutura educacional que é obter um certificado como se este fosse qualificá-lo instantaneamente para os fins compatíveis com a suposta competência desenvolvida e atestada no seu diploma.

Atualmente acontece um grande distanciamento entre conteúdos, estratégias e metodologias e as necessidades contemporâneas. A inserção digital, embora seja uma necessidade, está distante de fazer parte da realidade educacional brasileira.

Dentro do contexto educacional em que vivemos hoje, encontramos uma série de dificuldades para que se desenvolva, não só uma consciência crítica efetiva entre

os docentes, como também uma prática pedagógica que envolva as novas tecnologias e suas múltiplas possibilidades de comunicação.

Bem sabemos haverem barreiras principalmente às produzidas pela falta de conscientização dos docentes quanto à necessidade de se desenvolver um trabalho voltado para as novas tecnologias. A reformulação dos conceitos que servem como base social parece estar distante das prioridades e da mentalidade da maioria dos docentes.

Sendo assim, o grande desafio passa a ser esclarecer a finalidade e as potencialidades dos novos meios de comunicação para os professores de modo que eles incorporem estas novas possibilidades às suas mentalidades e, conseqüentemente, as suas práticas pedagógicas.

Para que o trabalho seja bem-sucedido é necessário saber que integrar o aluno às novas tecnologias e a internet não significa simplesmente acelerar o processo de aprendizagem utilizando recursos pedagógicos inovadores ou se ater aos ensinamentos de novas habilidades tecnológicas.

Com o aparecimento e formação daquilo que é denominada aldeia global, houve o aparecimento de uma série de necessidades como a aproximação dos indivíduos, uma nova percepção de espaço e dissolução de fronteiras políticas, econômicas e sociais que sofrem reformulações dentro do novo universo oriundo das novas tecnologias. O grande paradoxo é que dentro deste novo espaço procuram-se valores e entendimentos comuns que acabam redundando numa rede de complexidades necessária para o gerenciamento de culturas e bases sociais tão distintas.

Esta rede de relações e informações está estabelecida, porém mal aproveitada se considerado seu potencial de emprego para a educação. Assim como em outros momentos históricos nos quais as ideologias dominantes estabeleciam quais seriam os elementos que comporiam o currículo, atualmente se aceita, teoricamente, que a educação é a principal engrenagem para a resolução de problemas econômicos, sociais e de relacionamento entre as diferentes culturas. Com isto, há uma espécie de eterno adiamento das ações porque ficam sob a responsabilidade dos jovens, estudantes em formação, portanto sob a tutela do Sistema Educacional oficialmente a chave de transformação social.

No entanto, embora este discurso seja propagado por todos os setores sociais, a ideologia dos detentores do poder e dos principais responsáveis pela



educação brasileira parece continuar imutável desde quando os Jesuítas se estabeleceram por aqui. Embora mais do que nunca seja sensível à presença das novas tecnologias nas nossas rotinas e a necessidade de capacitação de nossos cidadãos para lidarem com elas o nosso sistema educacional está muito distante de ter estrutura para viabilizar este projeto.

O que acontece no Brasil é uma atuação muito forte do currículo oculto no sentido de inviabilizar a aproximação sociedade e currículo escolar nas escolas públicas. Para que houvesse um avanço efetivo na formação de uma nova estrutura escolar que atendesse às necessidades modernas seria necessário um trabalho intenso para que os professores passassem a acreditar nas inovações e as incorporassem à sua prática pedagógica. Visualizar a ideologia que rege a educação conscientizar-se das necessidades de mudança da estrutura curricular seria o primeiro passo de transformação de nosso sistema educacional, pois a partir destas ações os docentes conseguiriam estabelecer metas sempre considerando o contexto social, econômico e ideológico em que o processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. F. P. M. (org). **Pedagogia Cidadã: C. F. História da Educação**. São Paulo: UNESP, Pró - reitoria de graduação, 2003.
- BITTAR, E. C. B. **Direito e Ensino Jurídico: Legislação Educacional**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 79-80
- BRASIL. **Código Civil e Constituição Federal**. Lei 10406/2002. 8ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. (Legislação Brasileira).
- BRASIL. CNE - **Conselho Nacional de Educação**. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 2, de 7/04/1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 abr. 1998.
- BRASIL. LDB. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, 23/12/1996, p. /27833-27481.

BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB Interpretada**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, M. I. **O professor universitário na transição de paradigmas**. São Paulo: Cortez, 2010.

FINGER, A. P. Ph.D. **O papel e as funções do professor em um ambiente universitário moderno e tecnológico**. Unifil. Disponível em: [http://www.unifil.br/docs/pec/O\\_papel\\_e\\_as\\_funcoes\\_do\\_professor.doc](http://www.unifil.br/docs/pec/O_papel_e_as_funcoes_do_professor.doc). Acesso em: 09 jan. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GHEDIN, E. **Gênese e Construção Histórica do Currículo**. In: LEITE, Y. U. F; PALMA FILHO, J. C; ARENA, D. B. (orgs.). *Gestão Curricular e Avaliação*. Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação. São Paulo: UNESP, Pró Reitoria de Graduação, 2005.

KADOW, R. C. **As diversas faces da educação: memorial de formação**. Unicamp. – Memorial - São Paulo: Campinas, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?down=20637>. Acesso em: 09 Fev. 2016.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

LARROYO, F. **História Geral da Pedagogia**. 2 tomos. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

MARTINS, V. **A Lei Magna da Educação**. E Books Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/57/66/576/> Acesso em: 27 Jan. 2016.

PALMA FILHO, J. C. **A Educação Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: de JK a FHC**. In: ALMEIDA, A. M. F. P. M. (org.) *História da Educação*. Pedagogia Cidadã: Caderno de Formação. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de graduação, 2003.

PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação. Pedagogia Cidadã: Caderno de Formação**. In: ALMEIDA, A. M. F. P. M. (org.). São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de graduação, 2003.

ROMANELLI, O de O. **História da Educação no Brasil**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23<sup>a</sup> ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, A. **Educação é um Direito. Apresentação de Clarice Nunes**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 60.

VEIGA, A. I. P. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. 12<sup>a</sup> ed. Campinas: Papyrus, 2001.